



CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
CNPJ: 04.194.494/0001-43
Praça Barão do Rio Branco nº 03
B. Centro - CEP: 68.950-000
Amapá - AP

RECEBI O ORIGINAL
Em 08/12/2025

Ingrid Oliveira Soares
Responsável

ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS
PASSOS PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA

CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
Aprovado em sessão Ordinária do
dia 19/12/25 por 07
votos a favor e 0 votos contras.



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº05/2025-CMA

Altera dispositivos do Regimento Interno da
Câmara Municipal de Amapá para tornar mais
claro o trâmite das Indicações apresentadas pelos
Vereadores, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º O Art. 7º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amapá passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º – As Sessões da Câmara realizar-se-ão na 1ª e 3ª quarta-feira de cada mês, com início às 19h30min."

Art. 2º O artigo 18 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amapá passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á, no máximo, até o último dia útil do mês de novembro, observada a publicação do competente ato convocatório pelo Presidente da Câmara Municipal, o qual será divulgado com antecedência mínima de cinco dias úteis, ocorrendo a posse automática dos eleitos em 1º de janeiro da sessão legislativa subsequente."

Art. 3º O Art. 80 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amapá passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 2º A data da Sessão poderá ser alterada por Ato da Presidência, devidamente publicado, sempre que houver necessidade administrativa ou motivo relevante que justifique a alteração."

Art. 4º Os artigos 149 e 151 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amapá passam a vigorar com a seguinte redação:



**ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS
PASSOS PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA**

“Art. 149. Indicação é a proposição por meio da qual o Vereador sugere medida de interesse público dirigida aos poderes ou autoridades competentes.

§ 1º As Indicações devem ser redigidas de forma clara, objetiva e respeitosa. Após a leitura no Expediente da sessão, serão automaticamente encaminhadas, por ofício, ao destinatário competente, independentemente de deliberação do Plenário, salvo nos casos previstos neste Regimento.

§ 2º É vedado utilizar Indicação para tratar de matérias que, pelo Regimento Interno, devam ser formuladas na forma de Requerimento.

§ 3º Caso o Presidente decida não encaminhar a Indicação, deverá comunicar formalmente sua decisão ao Autor, que poderá requerer, no prazo de 5 (cinco) dias, que a matéria seja enviada à Comissão competente para análise do mérito.

Art. 150. Recebida a Indicação, a Comissão emitirá parecer:

I – **favorável**, hipótese em que a Indicação será submetida à votação do Plenário, exigindo-se maioria simples para aprovação;

II – **contrário**, caso em que a Indicação será arquivada.

Art. 151. O Vereador poderá apresentar Indicação ao Prefeito Municipal sugerindo o envio de mensagem à Câmara contendo Projeto de Lei sobre matéria de competência privativa do Poder Executivo, a título de colaboração ao Governo Municipal.

Parágrafo único. As Indicações de caráter legislativo que forem aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para exame técnico e posterior encaminhamento ao Poder Executivo, observado o padrão da técnica legislativa.”



**ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS
PASSOS PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA**

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Amapá tem como objetivo modernizar e aperfeiçoar diversos dispositivos, tornando o funcionamento legislativo mais claro, eficiente e alinhado às necessidades reais da Casa. As alterações promovidas ajustam a dinâmica das sessões, o processo eleitoral da Mesa Diretora, o trâmite das Indicações e a gestão administrativa da agenda legislativa, fortalecendo a técnica normativa e garantindo maior segurança jurídica aos procedimentos internos.

A mudança do calendário das sessões ordinárias para a primeira e a terceira quarta-feira de cada mês, às 19h30min, adequa o funcionamento da Câmara à realidade institucional e à rotina dos vereadores e da população, favorecendo maior participação social e organização administrativa. Da mesma forma, a redefinição do prazo para eleição da Mesa Diretora, que passa a ocorrer até o último dia útil do mês de novembro, permite melhor planejamento da transição entre gestões, evita congestionamentos administrativos no encerramento do ano legislativo e assegura maior transparência e previsibilidade ao processo interno, especialmente com a exigência de publicação antecipada do ato convocatório.

A inclusão do §2º ao Art. 80, permitindo que a Presidência altere a data de sessões mediante ato publicado, supre lacuna regimental e confere a flexibilidade necessária para acomodar situações excepcionais, eventos oficiais, impossibilidades logísticas ou demais circunstâncias justificadas que demandem reorganização da pauta, sempre com publicidade e respeito ao princípio da transparência administrativa.

Por fim, a atualização dos dispositivos referentes às Indicações tem a finalidade de disciplinar de maneira clara e objetiva o seu trâmite, detalhando a forma de apresentação, leitura, encaminhamento automático, hipóteses de não envio e o procedimento de recurso ao crivo da Comissão competente, além de definir regras específicas para Indicações de caráter legislativo. Essa modernização impede dúvidas interpretativas, racionaliza o fluxo interno e valoriza o instrumento da Indicação como mecanismo legítimo de atuação parlamentar e colaboração com o Poder Executivo.

Dessa forma, o conjunto de alterações propostas representa avanço institucional significativo, reforça a organização do processo legislativo e aprimora a governança da Câmara Municipal de Amapá. A atualização promove maior eficiência, transparência, segurança jurídica e coerência normativa, justificando plenamente a sua aprovação por este Parlamento.

Sala de sessões, Câmara Municipal de Amapá/AP, 08 de dezembro de 2025



**ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ
PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS
PASSOS PODER LEGISLATIVO
MESA DIRETORA**

Ver^a ROBERTA DA MATTA
Presidente

Ver^a JOYANNE CAMBRAIA
Vice-Presidente

Ver^a ROSELY DIAS
Secretária